

PETIÇÃO Nº 13.119 - SP (2019/0335610-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
REQUERENTE : ALEXANDRE HENRIQUE LISBOA LIMA
ADVOGADOS : MERCIO DE OLIVEIRA - SP125063
EDSON PAULO LIMA - SP110489
RENATA CAROLINA PAVAN DE OLIVEIRA - SP167113
REQUERIDO : SPORT CLUB CORINTHIANS PAULISTA
REQUERIDO : SPR INDUSTRIA DE CONFECCAO S.A
REQUERIDO : PLURAL SPORTS PARTICIPACOES S.A.

DECISÃO

Trata-se de petição apresentada por Alexandre Henrique Lisboa Lima, em que requer a concessão de medida cautelar para atribuir efeito suspensivo ao recurso especial interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (Processo n. 1005898-41.2018.8.26.0100).

Sustenta o requerente, em síntese, que faz jus ao benefício da justiça gratuita, pois comprovou a sua situação econômica precária com diversos documentos, os quais não foram considerados pela Corte local.

Brevemente relatado, decido.

Considerando a ausência de documentos aptos a analisar o pedido, proferi despacho intimando o requerente a juntar aos autos cópia do recurso especial, da decisão de inadmissibilidade, da decisão de análise do pedido de tutela de urgência, dentre outras.

O requerente, na petição de fls. 63-197, juntou os seguintes documentos: i) petição do recurso especial; ii) decisão proferida em outro processo que havia determinado a apreensão da CNH do requerente (1005807-71.2016.8.26.0309/01); iii) decisão de inadmissibilidade recursal do Tribunal de origem; iv) petição do agravo em recurso especial; v) sentença proferida em outro processo (1017836-27.2014.8.26.0309); vi) acórdão proferido em outro processo (2136264-29.2019.8.26.0000/50000); e vii) decisão que deixou de apreciar o pedido de tutela provisória formulado no bojo do recurso especial.

Contudo, da análise da documentação juntada pelo requerente, verifica-se que não foi juntada cópia do acórdão recorrido proferido no Processo n. 1005898-41.2018.8.26.0100, pois os dois acórdãos trazidos pelo requerente, constantes às

Superior Tribunal de Justiça

fls. 39-47 e 186-194 (e-STJ), referem-se a processo distinto (2136264-29.2019.8.26.0000/50000).

Assim sendo, considerando a deficiência na documentação trazida pelo requerente, mesmo após a sua intimação para juntar os documentos necessários, evidencia-se a ausência de demonstração dos requisitos para a concessão do efeito suspensivo pretendido.

Ademais, vale destacar que, em relação ao suposto *periculum in mora*, o requerente afirmou que "o PERIGO DE DANO OU RISCO AO RESULTADO ÚTIL DO PROCESSO está caracterizado com relação ao Requerente, uma vez que, conforme decisão do Desembargador Relator Maurício Pessoa, no Acórdão de fls. 967/972, processo nº 1005898-41.2018.8.26.0100, para indeferir a Gratuidade da Justiça, fundamentou seu voto da seguinte forma: '..... A apelante não comprovou modificação de sua situação econômica a partir do indeferimento do pedido originário.....'" (e-STJ, fl. 9).

Ora, tal argumentação não implica em perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, pois se refere ao direito em si pleiteado, o que poderia caracterizar, eventualmente, o *fumus boni iuris*.

Dessa forma, evidenciando a ausência de demonstração do *periculum in mora* na hipótese, somado à deficiência da documentação juntada aos autos, impõe-se o indeferimento do pedido formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator